

O cuidado com as águas como condição para o desenvolvimento do Brasil



Guilherme B. Checco

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável No. 6 apresenta o norte da questão em tela: “Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos”. Em outras palavras, trata-se de garantir que essa política e serviço cheguem a todos a partir da universalização do acesso ao saneamento básico enquanto direito humano. E, ao mesmo tempo, juntamente com acesso, é fundamental tratar da gestão das nossas águas, a forma como cuidamos desse recurso finito essencial à vida e às atividades.

Para aprofundar esse debate é necessário explorar o potencial de enfrentar essas questões e transformá-las em oportunidade de desenvolvimento e geração de riqueza. O olhar da segurança hídrica busca integrar as ações dos diferentes setores que usam a água, sob a perspectiva de que se trata de um recurso finito e sob estresse.

Em adição, para compreender esse cenário é fundamental colocar a lente da emergência climática. A ciência vem apontando que um dos principais impactos desse cenário de aumento da temperatura média global, decorrentes das emissões de gases de efeito estufa por vetor antropogênico, se dá no ciclo hidrológico (IPCC, 2021). Para o Brasil, alguns cenários projetados indicam que a Amazônia pode perder 20% de sua precipitação média e as regiões sul e sudeste do país devem sofrer com um aumento de ao menos 15% das chuvas (IPCC, 2021).

O que se traduz na prática em um cenário de eventos extremos, a depender da região, com secas mais severas e prolongadas e chuvas mais fortes e concentradas, o que implica em uma dificuldade mais elevada em fazer essa gestão das águas, nos diferentes setores usuários. Essa realidade ainda é presente na memória recente dos brasileiros nos desastres causados pelas fortes chuvas do verão de janeiro de 2022 em Paraty, Franco da Rocha, interior de Minas Gerais e tantas outras localidades.

Esses extremos se evidenciam no Alerta de Emergência Hídrica que o Sistema Nacional de Meteorologia emitido cerca de sete meses antes, em maio de 2021. O Alerta projetou uma situação de escassez hídrica para a região da bacia hidrográfica da Bacia do Paraná, nos estados de

Palavras-chave: segurança hídrica; emergência climática; nova cultura de cuidado com a água; saneamento básico

Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná para o período de junho a setembro de 2021. Os resultados práticos desse cenário, entre outros, foi o impacto da seca na produção agropecuária brasileira e seu decorrente efeito em nossa balança comercial e PIB. Isso ocorreu em alguns períodos de 2021. No primeiro trimestre de 2022 a agropecuária brasileira sofreu um recuo de 0,9% em sua produção, sendo o único setor a recuar no período.

No mundo, os atores políticos também confirmam esse diagnóstico de que a emergência climática e a segurança hídrica representam grandes desafios para o desenvolvimento da humanidade. Os últimos relatórios do Fórum Econômico Mundial, grupo com questões econômicas no centro de seus interesses, vêm colocando no topo dos principais riscos globais a falha no combate à emergência climática, os eventos extremos e a perda de biodiversidade.

Portanto, a agenda da segurança hídrica se apresenta como um debate público necessário, o qual deve ser concretizado em ações de combate às desigualdades sociais e promoção da justiça social e dos direitos humanos, de criação de condições para a promoção do bem-estar social e saúde pública, e que seja um elemento fundamental de uma economia de baixo carbono, em consonância ao cenário de emergência climática. Nesse sentido, pode-se afirmar que a segurança hídrica precisa ser reconhecida como um problema, no sentido destacado por Joan Subirats (2006), qual seja uma questão que merece (ou deveria) ser reconhecida socialmente como uma prioridade a ser enfrentada.

Por uma mudança de paradigma

Bruno Latour (2020), recentemente falecido em 09 de outubro de 2022 propõe colocar a emergência climática no centro do debate político mundial e nas relações políticas estabelecidas, partindo do entendimento de que esse é o principal desafio da humanidade. É necessário, portanto, refletir sobre a segurança hídrica sob uma ótica próxima ao que o autor francês propõe. Essa mudança de paradigma se aproxima de conceitos e movimentos como a promoção de uma nova cultura de cuidado com a água, que critica as ações que recaem sobre as nossas águas, considerando-as desconectadas de um olhar ético que oriente essa relação (Arrojo, 2006).

O conceito apresentado de segurança hídrica e a meta expressa no ODS 6 nos oferecem um ferramental para compreender como as políticas impactam nossa realidade e assim desenvolver um raciocínio crítico e propositivo ao mesmo tempo. E precisa ser revisto o entendimento ultrapassado de compreender a água como recurso infinito.

As ações de segurança hídrica no Brasil demandam uma articulação dos diferentes setores usuários de água, num país que detém 12% da reserva de água doce do mundo. Esse uso se distribui no país da seguinte forma: 49,8% do volume é destinado à agricultura, 24,3% para o abastecimento urbano, 9,7% para a indústria, e depois outros usos como animal, termelétricas, abastecimento rural e mineração, segundo os dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Considerando que se trata de um recurso finito e que em realidades de escassez hídrica nossa legislação (Lei Federal No. 9.433/97) de-

termina que os usos prioritários são o abastecimento humano e dessedentação animal, como iremos fazer uma gestão inteligente da água? A segurança hídrica precisa articular esses olhares e setores para poder apontar para respostas adequadas.

Saneamento não pode ser considerado apenas um serviço, mas sim uma política pública que precisa estar articulada com os demais setores e seus respectivos territórios. Saneamento não pode se concretizar apenas como obra, mas com ações de promoção da gestão sustentável.

Segurança hídrica não pode se traduzir somente em ações de busca de mais água a qualquer custo. Torna-se necessário priorizar o combate à poluição das águas, melhorar a eficiência dos processos, promover ações de gestão da demanda, reuso, reaproveitamento de águas pluviais e de proteção das áreas de mananciais.

Outros setores são fundamentais também para essa transformação. O agronegócio brasileiro é um ator fundamental, sendo o setor que mais utiliza água no Brasil. Por que Israel consegue reutilizar 85% de seus esgotos tratados para viabilizar água para suas produções agropecuárias e o Brasil sequer tem uma política adequada de reuso, que dê segurança jurídica, sanitária e incentive essa necessária ação?

Essas são algumas das mudanças práticas que a política pública deve endereçar, penalizando os usos ineficientes e perdulários, e criando condições e incentivos para os usos mais racionais.

Brasil como liderança global em *hydroclimate resilience*

Em recente artigo publicado na revista científica *Nature*, três pesquisadores brasileiros apresentam o potencial que o Brasil tem de ser uma grande liderança nessa agenda, apontando algumas das necessárias ações para tanto (Getirana et al, 2021). O termo apresentado no trabalho indica o enfoque do debate: “With political willpower, funding and infrastructure to match, the country could become a world leader in hydroclimate resilience” (idem, grifo nosso).

Registra-se que esse potencial não é reconhecido e, portanto, não explorado devidamente pelas nossas

lideranças. Os próprios autores do artigo apresentam uma proposta para tirar essa ideia do papel: desenvolver um plano para lidar com esse novo contexto de escassez hídrica.

Para se transformar nessa potência global em clima e segurança hídrica, viabilizando sistemas mais resilientes à realidade de extremos climáticos, o Brasil precisa reconhecer essa agenda como uma condição fundamental para combater suas desigualdades sociais, se adaptar a esse cenário climático, e também considerar essa agenda como um eixo fundamental de um projeto de desenvolvimento para o país.

Nossos ativos socioambientais e nossas condições territoriais nos brindam com a possibilidade de considerá-los nesse processo de desenvolvimento, libertador, autônomo e que gere riqueza. Ao mesmo tempo, nossos indicadores ilustram uma realidade distante desse mundo projetado: mais de 36 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável e mais de 97 milhões sem coleta de esgoto. O Brasil tem uma baixa eficiência no saneamento básico, com uma média nacional de 39% de perdas nesse processo de distribuição; com mais de 110 mil km de rios poluídos no Brasil, impactando diretamente a segurança hídrica. Como essa água não pode ser destinada para um enorme conjunto de usos; somente em 2020 foram registrados 489 conflitos pela água no Brasil, envolvendo mais de 69 mil famílias; e projeta-se que até 2035, mais de 73 milhões de brasileiros estarão vivendo em cidades com risco de desabastecimento hídrico.

O presente debate se faz necessário e urgente para o Brasil. A reflexão apresentada aqui pretende, para além de estabelecer a quadratura desse debate, indicar que ele demanda ações muito concretas e viáveis. Tratar das nossas águas representa a conexão entre os valores da sustentabilidade e da democracia. Estamos projetando nosso futuro comum, a forma como nos relacionamos com bens de domínio de todo o coletivo, como é o caso da água, e como esses elementos são fundamentais para nosso desenvolvimento. O lembrete derradeiro é também considerar as vozes das múltiplas juventudes nesse debate, as quais têm muito a contribuir com essa construção. Alguma dose de juventude, ousadia e conexão com esse futuro foi expressa no presente trabalho.

Referências

ARROJO, P. Los retos éticos de la nueva cultura del agua. Polis Revista Lationamericana (2006).

GETIRANA, A., LIBONATI, R. e CATALDI, M. Brazil is in water crisis – it needs a drought plan (2021): Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-021-03625-w>

IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). *AR6 Climate Change 2021: The Physical Science Basis* (2021).

LATOUR, B. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SUBIRATS, J. *Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos*. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). *Políticas públicas*, coletânea. Brasília: ENAP, 2006, v.1, p. 199-218.